



CONCURSO PÚBLICO/2014

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

25/05/2014

PROVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 08
Conhecimentos Regionais, História e Geografia do Estado do Tocantins	09 a 14
Conhecimentos Básicos do Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins	15 a 20
Direito Penal	21 a 30
Direito Processual Penal	31 a 40
Direito Constitucional	41 a 45
Direito Administrativo	46 a 50
Direitos Humanos	51 a 55
Legislação Especial	56 a 60
Prova Discursiva – Elaboração de Peça Técnico-profissional	—

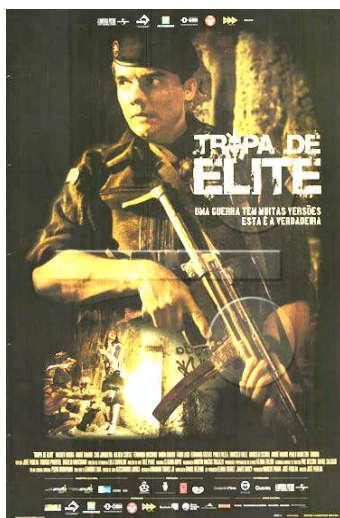
SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 60 questões da prova objetiva e uma questão da prova discursiva (elaboração de peça técnico-profissional).
2. Cada questão apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta assinalada na prova.
3. O cartão-resposta e o caderno de resposta da prova discursiva são personalizados e não haverá sua substituição em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-los, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. O desenvolvimento da peça técnico-profissional da prova discursiva deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta na cor preta, no respectivo caderno de resposta. RESPOSTAS A LÁPIS NÃO SERÃO CORRIGIDAS E TERÃO PONTUAÇÃO ZERO.
5. O caderno de resposta definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho no caderno de questões são de preenchimento facultativo e, por isso não terão valor para tal finalidade.
6. O tempo de duração das provas é de cinco horas, já incluídos nesse período a marcação do cartão-resposta, o preenchimento do caderno de resposta, a leitura dos avisos e a coleta da impressão digital.
7. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorridas **duas horas** de prova e poderá levar o caderno de questões somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
8. Por razões de ordem técnica, de segurança e de **direitos autorais adquiridos**, não serão fornecidos exemplares do caderno de questões a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do concurso público, sendo proibida reprodução total ou parcial sem a autorização da Fundação Aroeira.
9. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA E O CADERNO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA AO APLICADOR DE PROVA.

Leia os Textos 1 e 2 a seguir para responder às questões de 01 a 03.

Texto 1



Texto 2

TROPA DE ELITE

Outras remetências de título

TROPA DE ELITE: MISSÃO DADA É MISSÃO CUMPRIDA

Categorias

Longa-metragem / Sonoro / Ficção

Material original

35mm, COR, 118min, 3.236m, 24q, Dolby SRD

Data e local de produção/Ano: 2007

País: BR

Cidade: Rio de Janeiro

Estado: RJ

Sinopse

Nascimento, capitão da Tropa de Elite do Rio de Janeiro, é designado para chefiar uma das equipes que tem como missão apaziguar o Morro do Turano. Ele tem que cumprir as ordens enquanto procura por um substituto porque sua mulher, grávida, constantemente lhe pede para sair da linha de frente do Batalhão. Em meio a um tiroteio, Nascimento e sua equipe tem que resgatar dois aspirantes a oficiais da PM: Neto e Matias. Ansiosos para entrar em ação e impressionados com a eficiência de seus salvadores, os dois se candidatam ao curso de formação da Tropa de Elite.

Gênero

Drama

Prêmios

Urso de Ouro de Melhor Filme no Festival de Berlim, 58, 2008.

Melhor Ator para Moura, Wagner, Grande Prêmio Vivo do Cinema Brasileiro entregue pela ABC - Academia Brasileira de Cinema. Melhor Diretor para Padilha, José, Grande Prêmio Vivo do Cinema Brasileiro entregue pela ABC - Academia Brasileira de Cinema

Dados de produção

Companhia(s) produtora(s): Zazen Produções Audiovisuais Ltda.

Produção: Padilha, José; Prado, Marcos

Coprodução: Soárez, Eliana; Arcy, James d'

Companhia(s) distribuidora(s): Universal Pictures do Brasil; The Weinstein Company

Roteirista: Pimentel, Rodrigo; Mantovani, Bráulio; Padilha, José

Direção: Padilha, José

Direção de fotografia: Carvalho, Lula

Efeitos especiais de fotografia: Zeebroeck, Bruno Van

Som direto: Lima, Leandro

Montagem: Rezende, Daniel

Direção de arte: Peake, Tulé

Figurinos: Kopke, Cláudia

Música: Bromfman, Pedro

Identidades/elenco:

Moura, Wagner

Junqueira, Caio

Ramiro, André

Cortaz, Milhem

Freitas, Fernanda de

Machado, Fernanda

Fernandes, Thelmo

Ribeiro, Maria

etc.

Textos 1 e 2 disponíveis em: <<http://www.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

— QUESTÃO 01 —

Que aspecto da trama do filme apresentado na ficha técnica é priorizado na composição do cartaz?

- (A) A atuação de agentes de inteligência como fonte primária para a solução da violência urbana.
- (B) A fuga de alternativas tradicionais de combate ao crime em regiões com alta incidência de violência.
- (C) O embate direto contra o crime pela perspectiva de quem tem o dever de combatê-la.
- (D) O direito de os policiais terem informações precisas a respeito das áreas de combate.

— QUESTÃO 02 —

Na ficha técnica do filme, que informação sugere sua qualidade como obra representativa de sua categoria?

- (A) As especialidades técnicas recrutadas para a sua produção.
- (B) A constituição do elenco com base em autores consagrados no meio televisivo.
- (C) As características estético-discursivas do gênero drama de ficção.
- (D) A lista de prêmios concedidos por entidades de relevância na área cinematográfica.

— QUESTÃO 03 —

A sinopse tem por função apresentar aspectos cruciais do enredo do filme. Essa apresentação parte do protagonista e se desenvolve com base em

- (A) elogio, motivações familiares para o combate, resultado positivo do combate.
- (B) identificação, missão, conflito, desdobramentos do conflito.
- (C) traços de personalidade, indefinições individuais, valores da corporação.
- (D) localização dos fatos, patente, realidade, negação da realidade.

Leia o Texto 3 para responder às questões de 04 a 06.

Texto 3

A realidade, só a realidade

Para ser qualificada de grande, uma obra de arte precisa estabelecer conexões profundas com as pessoas. Ao analisar o papel das tragédias teatrais, por exemplo, o filósofo grego Aristóteles concluiu que elas acabavam por purificar os espectadores quando lhes causavam sentimentos de terror e compaixão. Isso porque, depois de experimentá-los, as pessoas saíam aliviadas, purgadas dos próprios pesadelos. Aristóteles chamou a isso catarse. O tipo de conexão proporcionado por *Tropa de Elite*, do diretor José Padilha, é de outra ordem. Trata-se de um grande filme justamente pelo contrário: ele não concede válvulas de escape ao retratar como a criminalidade degradou o país de alto a baixo. O pesadelo real ganha ainda mais nitidez. A sociedade brasileira, pelo jeito, ansiava por esse tapa na cara dado pelo capitão Nascimento, o policial interpretado magistralmente por Wagner Moura. Lançado há apenas duas semanas, *Tropa de Elite* já é o filme mais visto e comentado da história do cinema brasileiro. As salas de exibição lotam em todas as sessões e estima-se que mais de 11 milhões de pessoas tenham assistido ao filme em DVDs piratas que inundaram os camelôs de várias capitais do país (*veja reportagem*). Gírias policiais reproduzidas no filme e trechos de diálogos entre os personagens – como "pegou geral" e "01 pede pra sair" – tornaram-se bordões repetidos nas mais diversas situações.

O assunto da obra do diretor José Padilha é a guerra diuturna que a polícia carioca move contra os traficantes de drogas encastelados nos morros favelizados da cidade. Mais especificamente o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), a tropa de elite do título. O tráfico de drogas, o nervo mais exposto de um país em desordem e refém do medo (*veja o quadro*), é tema comum na cinematografia nacional recente. A diferença é que esse filme o aborda pondo os pingos nos is. Bandidos são bandidos, e não "vítimas da questão social". Há policiais corruptos, mas também muitos que são honestos. Se existem traficantes de cocaína e maconha, é porque há milhares de consumidores que os bancam. Muitos desses consumidores, aliás, são aqueles mesmos que fazem "passeatas pela paz" e compactuam com a bandidagem para abrir ONGs em favelas. Por último, a brutalidade de alguns policiais pode ser explicada pelo grau de penúria e abandono que o estado lhes reserva. [...]

Ditas de maneira tão simples, essas verdades parecem de uma obviedade ululante. E são. Mas o Brasil, infelizmente, é um país de idéias fora do lugar por causa da afecção ideológica esquerdista que inverte papéis, transformando criminosos em mocinhos e mocinhos em criminosos. Aqui, a "questão social" é justificativa para roubos, assassinatos e toda sorte de crime e contravenção – mesmo quando praticados por quadrilhas especializadas, compostas por integrantes que nada têm de coitadinhos.

Na semana passada, a pedido de VEJA, o instituto Vox Populi realizou uma pesquisa para medir o impacto de *Tropa de Elite* nos espectadores. Os resultados indicam por que o filme é arrebatador. Na opinião de 72% dos entrevistados, os criminosos que aparecem no filme são tratados como merecem. Quase 80% deles concordam que a polícia é apresentada com fidelidade – ou seja, tem uma banda podre e uma banda boa. *Tropa de Elite* agrada também por abordar a responsabilidade dos usuários de drogas sem meias palavras. O capitão Nascimento diz que o "playboy" que fuma um cigarro

de maconha é o responsável pela morte de um traficante abatido pelo Bope. A afirmação encontra eco na população. Para 85% dos espectadores, o raciocínio do capitão Nascimento está correto. O policial vivido por Wagner Moura ganhou enorme popularidade, mas isso não significa que todas as pessoas enxerguem num Rambo a solução para problema tão complexo como o da criminalidade. Na opinião de 53% dos entrevistados, o capitão é um herói, mas 43% rejeitam essa idéia, embora o vejam com relativa simpatia. As características do personagem ajudam a explicar tal divisão. Nascimento é um ser humano devastado. Sofre de síndrome do pânico, consome vorazmente remédios de tarja preta e suas explosões freqüentemente resultam em ações que extrapolam o manual do Bope.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/171007/p_080.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2014.

— QUESTÃO 04 —

Considerando o trabalho argumentativo promovido ao longo do texto, *Tropa de Elite* é uma grande obra porque

- (A) promove no expectador uma espécie de purificação por meio da experimentação de sentimentos negativos e positivos.
- (B) escancara as mazelas da guerra contra o tráfico de maneira realística, com requinte dramático.
- (C) produz intertexto com a obra de Aristóteles com base na produção de um texto de ficção de forte apelo subjetivo.
- (D) impacta o expectador com uma concepção de combate ao crime contrária às suas expectativas.

— QUESTÃO 05 —

No texto, as inserções "veja reportagem" e "veja o quadro" estão correlacionadas ao

- (A) suporte em que é veiculado e à característica informativa do gênero reportagem.
- (B) tema abordado pelo autor e ao público-alvo desse gênero textual.
- (C) modo de obtenção das informações e à incompletude das ideias apresentadas.
- (D) tipo de sequência textual e à falta de comprovação das informações.

— QUESTÃO 06 —

O Texto 3 apresenta marcas das transformações recentes na padronização da língua portuguesa, como se vê na grafia das palavras

- (A) tragédias; filósofo.
- (B) herói; papéis.
- (C) ideológicas; compactuam.
- (D) idéia, freqüentemente.

— QUESTÃO 07 —

Leia o Texto 4 para responder à questão.

Texto 4

Disponível em: <<http://rio.rj.gov.br>>. Acesso em: 30 de mar. 2014.

Considerando a contextualização social e discursiva do Texto 4, o termo “agora”

- (A) marca uma relação de causa e consequência da violência.
- (B) estabelece um marco histórico definido.
- (C) faz uma referência temporal anafórica ao primeiro filme da série.
- (D) instaura uma sequência explicativa.

— QUESTÃO 08 —

Releia os textos 1, 2, 3 e 4 e leia o Texto 5 para responder à questão.

Texto 5

"Copa de Elite" é uma paródia de "Tropa de elite", mas brinca com filmes brasileiros, como "Bruna Surfistinha", "Nosso lar", "Minha mãe é uma peça" e "Se eu fosse você". A estreia é em 17 de abril. No cartaz, o longa é definido como "a maior paródia brasileira de filmes nacionais já feita no Brasil". "Copa de Elite" integra o gênero que nos Estados Unidos se chama de "spoof movie", do qual fazem parte "Top Gang", "Todo mundo em pânico" e "Apertem os Cintos... O Piloto Sumiu".

Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

“Copa de Elite” é uma paródia de filmes brasileiros contemporâneos. Que aspectos das linguagens verbal e não verbal do Texto 5 estabelecem uma paródia, remetendo ao filme “Tropa de Elite”?

- (A) A transposição da simbologia que evoca a temática do filme para o domínio lúdico.
- (B) A marcação explícita dos nomes de atores brasileiros de renome e a relação direta com filmes de humor como “Top Gang”.
- (C) A definição do filme como um longa metragem do gênero “spoof movie”.
- (D) A reconfiguração dos traços identitários visível na composição das personagens femininas que interagem com o protagonista.

QUESTÃO 09

Percebe-se que o norte de Goiás, ao longo dos anos, foi construindo uma identidade própria. Assim, a região formou um quadro sociocultural mais ou menos homogêneo, se isso fosse possível. É muito provável que o antigo norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, ainda se encontre a pleno processo de construção de sua identidade cultural.

AQUINO, N. A. A identidade tocantinense no contexto da Belém-Brasília e da modernidade brasileira. Apud ARBUÉS, M. P. A migração e a construção de uma nova identidade regional: Gurupi (1958-1988). In: GIRALDIN, O. (Org.) *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 2002. p. 425. (Adaptado).

A construção da identidade do norte de Goiás, a que se refere o texto acima, inicia-se a partir da década de 1950, com a presença de migrantes de

- (A) diversas regiões do país, atraídos pelo “mito das riquezas do Norte brasileiro”.
- (B) vários territórios amazônicos, atraídos pela “utopia da emancipação política” da região.
- (C) diversos Estados do sudeste, atraídos pelo “plano de industrialização do Centro-Oeste”.
- (D) distintas regiões do país, atraídos pelo “ideal de unidade territorial da nação brasileira”.

QUESTÃO 10

O estado do Tocantins destaca-se nacionalmente no cultivo de arroz irrigado, e a garantia para uma melhor produção de grãos de arroz é favorecida pela combinação de fatores ambientais como:

- (A) topografia ondulada, temperatura do ar em torno de 35 °C, solos férteis, sem limitações químicas aos usos.
- (B) topografia plana, temperatura do ar em torno de 25 °C e solos relacionados a terrenos de várzeas.
- (C) topografia plana e ondulada, temperatura do ar em torno de 35 °C e solos argilosos com boa permeabilidade.
- (D) topografia levemente ondulada, temperatura do ar em torno de 25 °C e solos sujeitos à hidromorfia.

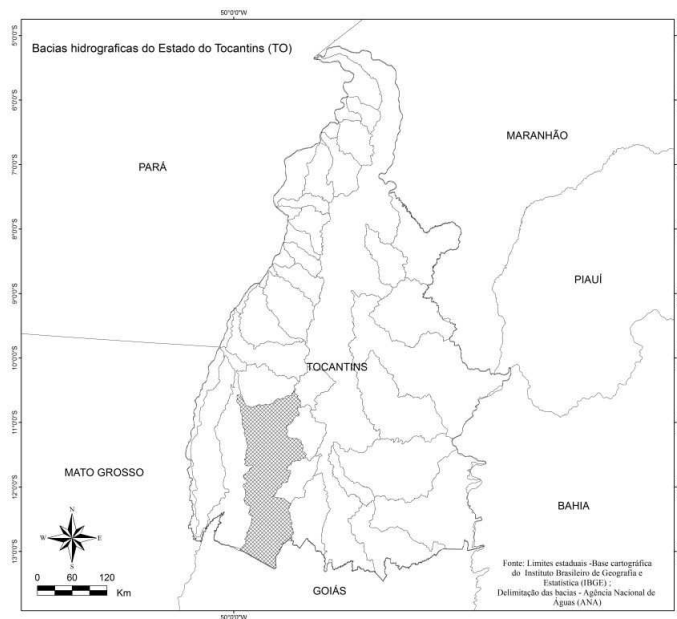
QUESTÃO 11

O estado do Tocantins contribui para os índices elevados na produção de grãos na região do MAPITOBA (acrônimo referente às áreas de chapada dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e da Bahia) e também para o próprio estado: entre 2010 e 2013 houve uma valorização de 27,5% no preço médio da terra para a agricultura no território tocantinense nessa região. Entretanto, a principal limitação à expansão do desenvolvimento agrícola no estado refere-se

- (A) à baixa disponibilidade hídrica.
- (B) aos elevados índices de radiação solar.
- (C) às precárias condições de logística.
- (D) à escassez de financiamentos bancários.

QUESTÃO 12

Analise o mapa a seguir.



A região hidrográfica destacada no mapa corresponde à bacia do

- (A) Paraná.
- (B) Tocantins.
- (C) Sono.
- (D) Rio Formoso.

QUESTÃO 13

O desenvolvimento econômico do estado do Tocantins está estruturado

- (A) no corredor intermodal que integra as hidrovias Araguaia-Tocantins com a malha da Ferrovia Norte-Sul e a malha rodoviária da BR-113.
- (B) no escoamento da produção agropecuária para o Porto de Itaquí.
- (C) em nove distritos agroindustriais instalados nas cidades-polo de Palmas, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Araguaína, Colinas e Porto Nacional.
- (D) na produção da soja e cana-de-açúcar na região do MAPITOBA.

— QUESTÃO 14 —

A gestão integrada do território em que há ocorrência de um conjunto de Unidades de Conservação (UCs) de várias categorias próximas é classificada como Mosaico de UCs. O estado do Tocantins apresenta um mosaico de UCs que é composto de

- (A) cinco unidades de proteção integral: a Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins, o Parque Estadual do Jalapão, o Monumento Nacional Canyons e Correadeiras do Rio Sono, o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e a Estação Ecológica do Rio Preto; e quatro unidades de uso sustentável: as Áreas de Proteção Ambiental do Rio Preto, da Serra da Tabatinga e do Jalapão e a RPPN Catedral do Jalapão.
- (B) quatro unidades de proteção integral: Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, do Jalapão; Parque Estadual do Lajeado, do Cantão; e cinco unidades de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental das Nascentes de Araguaína, do Jalapão, Foz do Rio Santa Tereza, Lago de Santa Isabel e RPPN Bela Vista.
- (C) três unidades de proteção integral: Parque Nacional do Araguaia, Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, Estação Ecológica do Rio Preto; e três unidades de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental Lago de São Salvador do Tocantins-Paraná, Foz do Rio Santa Tereza e RPPN Serra da Cangalha.
- (D) quatro unidades de proteção integral: Parque Estadual do Cantão, do Jalapão, do Lajeado, Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e quatro unidades de uso sustentável: as Áreas de Proteção Ambiental do Rio Preto, Serra do Lajeado, RESEX do Tocantins e a RPPN Catedral do Jalapão.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 15 —

O Delegado de Polícia que transfere ao escrivão a responsabilidade de elaborar relatório do inquérito e não faz as devidas inquirições pratica transgressão disciplinar de natureza

- (A) leve.
- (B) média.
- (C) grave.
- (D) gravíssima.

— QUESTÃO 16 —

A Comissão Permanente de Processo Disciplinar pode ser instituída pelo

- (A) Governador do Estado.
- (B) Vice-Governador do Estado.
- (C) Secretário de Estado da Administração.
- (D) Secretário de Estado da Segurança Pública.

— QUESTÃO 17 —

O retorno à atividade de policial civil aposentado por invalidez, quando, por Junta Médica Oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria é classificado como

- (A) readaptação.
- (B) reversão.
- (C) reintegração.
- (D) recondução.

— QUESTÃO 18 —

Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por

- (A) sessenta dias, intercaladamente, durante o período de doze meses.
- (B) trinta dias, intercaladamente, durante o período de seis meses.
- (C) quinze dias, intercaladamente, durante o período de três meses.
- (D) dez dias, intercaladamente, durante o período de dois meses.

— QUESTÃO 19 —

O dia dedicado ao policial civil é

- (A) 1º de janeiro.
- (B) 21 de abril.
- (C) 07 de setembro.
- (D) 15 de novembro.

— QUESTÃO 20 —

É assegurada aos alunos matriculados no curso de formação ministrado pela Academia Estadual de Segurança Pública do estado do Tocantins uma ajuda de custo relativa ao subsídio da classe inicial do cargo para o qual foram aprovados em concurso público, numa equivalência de

- (A) trinta por cento.
- (B) quarenta por cento.
- (C) cinquenta por cento.
- (D) sessenta por cento.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 21 —

Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, o agente que voluntariamente repara o dano, depois do recebimento da denúncia ou da queixa, mas antes do julgamento,

- (A) ficará com sua pena inalterada.
- (B) terá a pena reduzida de um a dois terços.
- (C) terá a pena atenuada.
- (D) ficará isento de pena.

— QUESTÃO 22 —

A. N. foi condenado a uma pena de três anos de reclusão pelo crime de furto qualificado. Tal pena foi substituída por prestação de serviços à comunidade. Na hipótese, o Código Penal faculta a A. N. cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior a

- (A) dois anos e seis meses.
- (B) dois anos.
- (C) um ano e seis meses.
- (D) um ano.

— QUESTÃO 23 —

A pena de multa consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Essa pena deve ser paga ao

- (A) Fundo Penitenciário, sendo, no mínimo, de dez e, no máximo, de trezentos e sessenta dias-multa.
- (B) Conselho Penitenciário, sendo, no mínimo, de trinta e, no máximo, de trezentos e sessenta e cinco dias-multa.
- (C) Conselho da Comunidade, sendo, no mínimo, de cinquenta e, no máximo, de quinhentos dias-multa.
- (D) Fundo de Amparo ao Trabalhador, sendo, no mínimo, de vinte e, no máximo, de duzentos dias-multa.

— QUESTÃO 24 —

Nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo constitui efeito da condenação, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a

- (A) seis meses.
- (B) um ano.
- (C) dois meses.
- (D) três anos.

— QUESTÃO 25 —

Extingue-se a punibilidade pela retratação do agente, no caso de

- (A) injúria real.
- (B) denunciação caluniosa.
- (C) autoacusação falsa.
- (D) falso testemunho.

— QUESTÃO 26 —

É crime contra o patrimônio, em que somente se procede mediante representação,

- (A) o furto de coisa comum.
- (B) a alteração de limites.
- (C) o dano simples.
- (D) a fraude à execução.

— QUESTÃO 27 —

Correrão em segredo de justiça os processos em que se apurarem crimes de

- (A) ultraje a culto.
- (B) rufianismo.
- (C) vilipêndio.
- (D) aliciamento para o fim de emigração.

— QUESTÃO 28 —

É de ação penal de iniciativa privada personalíssima do ofendido, o crime de

- (A) conhecimento prévio de impedimento.
- (B) simulação de autoridade para celebração de casamento.
- (C) simulação de casamento.
- (D) induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.

— QUESTÃO 29 —

A falsificação de cartão de crédito ou de débito da Caixa Econômica Federal configura o crime de

- (A) falsificação de papéis públicos.
- (B) falsificação de documento público.
- (C) falsificação de documento particular.
- (D) falsidade ideológica.

— QUESTÃO 30 —

K. S., funcionário público, solicita, para si, indiretamente, uma determinada quantia em dinheiro de M. F., para não multá-lo. Sabendo-se que M. F. não pagou a propina para K. S., este deve responder por crime de

- (A) corrupção passiva, na forma consumada.
- (B) prevaricação, na forma tentada.
- (C) corrupção ativa, na forma tentada.
- (D) concussão, na forma consumada.

— QUESTÃO 31 —

Os autos de inquérito policial que apuram crimes de ação penal pública poderão ser arquivados

- (A) pela autoridade policial, em virtude de requisição do Secretário de Segurança Pública.
- (B) pelo juiz de direito, em virtude de requerimento do órgão do Ministério Público.
- (C) pelo escrivão, em virtude de determinação do chefe de polícia.
- (D) pela Corregedoria de Polícia, em virtude de representação do ofendido.

— QUESTÃO 32 —

Nos termos do Código de Processo Penal, o prazo para o oferecimento da denúncia pelo representante do Ministério Público, estando o acusado preso ou solto, será, respectivamente, de

- (A) cinco e quinze dias.
- (B) dez e vinte dias.
- (C) vinte e trinta dias.
- (D) trinta e sessenta dias.

— QUESTÃO 33 —

Os irmãos A. R., B. R. e C. R., residentes e domiciliados em Palmas, praticam um roubo em Palmas, três furtos em Porto Nacional, um latrocínio em Miracema do Tocantins e mais dois furtos em Miranorte, onde, finalmente, são presos. Na hipótese, a competência será determinada pela

- (A) residência dos acusados, prevalecendo a competência de Palmas.
- (B) continência, prevalecendo a competência de Porto Nacional.
- (C) conexão, prevalecendo a competência de Miracema do Tocantins.
- (D) prevenção, prevalecendo a competência de Miranorte.

— QUESTÃO 34 —

Suponha que o Delegado de Polícia seja amigo íntimo ou inimigo capital do investigado no inquérito policial. Neste caso, por se tratar de motivo legal, dispõe o Código de Processo Penal que a autoridade policial deverá declarar-se

- (A) absolutamente incompetente.
- (B) relativamente incompetente.
- (C) impedida.
- (D) suspeita.

— QUESTÃO 35 —

Uma vez arroladas como testemunhas, o Código de Processo Penal determina que serão inquiridas em local, dia e hora, previamente ajustados entre elas e o juiz, as seguintes autoridades, entre outras:

- (A) Delegados de polícia.
- (B) Vereadores de Capitais.
- (C) Secretários de Estado.
- (D) Membros dos Tribunais de Contas dos Municípios.

— QUESTÃO 36 —

Caberá prisão temporária quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado, entre outros crimes, em

- (A) lesão corporal seguida de morte.
- (B) redução a condição análoga à de escravo.
- (C) tráfico internacional de pessoa para exploração sexual.
- (D) crimes contra o sistema financeiro.

— QUESTÃO 37 —

Se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser dispensada, e também

- (A) reduzida até o máximo de um terço ou aumentada em até cem vezes.
- (B) reduzida até o máximo de dois terços ou aumentada em até mil vezes.
- (C) reduzida até o máximo de metade ou aumentada em até dez vezes.
- (D) reduzida até o máximo de três quintos ou aumentada em até cinquenta vezes.

— QUESTÃO 38 —

A fiança ficará sem efeito e o acusado será recolhido à prisão, quando ele

- (A) deixar de reforçar a fiança, nas hipóteses legais.
- (B) descumprir cautelar imposta cumulativamente.
- (C) resistir injustificadamente à ordem judicial.
- (D) praticar nova infração penal dolosa.

— QUESTÃO 39 —

Entende-se que a prisão preventiva possui caráter *rebus sic stantibus* porque o juiz

- (A) poderá revogá-la se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- (B) deverá sempre motivar a decisão que decretar, substituir ou denegar esta modalidade de prisão cautelar.
- (C) poderá decretá-la de ofício exclusivamente no curso da ação penal, sendo proibido esse tipo de decretação na fase da investigação policial.
- (D) poderá decretá-la quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

— QUESTÃO 40 —

Nos termos da Lei n. 9.099/1995, as partes serão intimadas da data da sessão de julgamento da apelação na Turma Recursal

- (A) por mandado.
- (B) por qualquer meio hábil de comunicação.
- (C) pela correspondência com aviso de recebimento.
- (D) pela imprensa.

— QUESTÃO 41 —

Dispõe a Constituição Federal, no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais, que a prisão ilegal será imediatamente

- (A) revogada pela autoridade policial competente.
- (B) substituída por fiança.
- (C) relaxada pela autoridade judiciária.
- (D) substituída por monitoração eletrônica.

— QUESTÃO 42 —

No caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, o condenado terá seus direitos políticos

- (A) mantidos.
- (B) cassados.
- (C) perdidos.
- (D) suspensos.

— QUESTÃO 43 —

M. T. foi condenado, em primeira instância, pela prática de crime político. Contra a referida sentença condenatória é cabível

- (A) recurso em sentido estrito para o Tribunal de Justiça.
- (B) apelação para o Tribunal Regional Federal.
- (C) recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- (D) recurso inominado para o Superior Tribunal de Justiça.

— QUESTÃO 44 —

Pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, entre outros, o

- (A) Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- (B) Presidente do Senado Federal.
- (C) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (D) Presidente de Assembleia Legislativa.

— QUESTÃO 45 —

O processo e julgamento da execução de carta rogatória, após o *exequatur*, e de sentença estrangeira, após a homologação, é de competência

- (A) dos Tribunais Regionais Federais.
- (B) dos juízes federais.
- (C) do Supremo Tribunal Federal.
- (D) do Superior Tribunal de Justiça.

— QUESTÃO 46 —

Ocorre a chamada descentralização por outorga quando o Estado

- (A) cria uma entidade, uma pessoa jurídica, e a ela transfere determinado serviço público.
- (B) utiliza contrato ou ato unilateral para transferir a execução de serviço público.
- (C) cria um novo órgão na sua estrutura interna para gerir determinado serviço público.
- (D) delega a prestação de serviço público a determinada pessoa física mediante carta de credenciamento.

— QUESTÃO 47 —

Determinado Delegado de Polícia, no intuito de fazer promoção pessoal com pretensões políticas, convoca a imprensa para comunicar a prisão de marginal procurado, ressaltando as próprias qualidades profissionais e que o êxito da operação decorre de mérito seu (da autoridade). A situação descrita revela flagrante ofensa ao princípio da

- (A) moralidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) razoabilidade.
- (D) publicidade.

— QUESTÃO 48 —

O Delegado que é chefe de determinada Delegacia Regional de Polícia, por desavença pessoal com determinado Agente de Polícia, determina sua remoção para outra unidade e imediatamente convoca outro policial da sua preferência. O ato administrativo de remoção é

- (A) válido, porque previsto genericamente na lei para atender a carência de pessoal em algum órgão.
- (B) anulável, pois depende da anuência do removido.
- (C) nulo, por desvio de finalidade.
- (D) meramente irregular, podendo ser convalidado pelo Delegado-Geral de Polícia Civil.

— QUESTÃO 49 —

Em uma situação hipotética, determinado Delegado de Polícia, sem observar as formalidades legais, autuou em flagrante cidadão conduzido pela Polícia Militar, o que acarretou o relaxamento da prisão por ordem judicial três dias depois. Essa situação configura um caso de responsabilidade

- (A) subsidiária do Estado.
- (B) subjetiva do Estado.
- (C) exclusiva do Delegado.
- (D) objetiva do Estado.

— QUESTÃO 50 —

O controle exercido pelo Ministério Público sobre a polícia é do tipo:

- (A) hierárquico.
- (B) interno.
- (C) finalístico.
- (D) externo.

— QUESTÃO 51 —

No que se refere à posição do Supremo Tribunal Federal acerca da interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos,

- (A) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de reconhecer que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos assegura, de modo irrestrito, ao condenado, o direito de sempre recorrer em liberdade.
- (B) o Pacto de São José da Costa Rica deixou de prever a possibilidade de cada sistema jurídico nacional instituir os casos em que se legitimará, ou não, a privação cautelar da liberdade de locomoção física do réu ou do condenado.
- (C) o Pacto de São José da Costa Rica admite a possibilidade de cada sistema jurídico nacional instituir os casos em que se legitimará, ou não, a privação cautelar da liberdade de locomoção física do réu ou do condenado.
- (D) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de reconhecer a possibilidade de execução provisória da pena, considerando ser esse o entendimento que melhor se amolda à Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

— QUESTÃO 52 —

Acerca da posição hierárquica das normas internacionais em geral e dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico interno, consoante o entendimento do Supremo Tribunal Federal,

- (A) o Poder Judiciário, fundado na supremacia da Constituição da República, dispõe de competência para, quer em sede de fiscalização abstrata, quer no âmbito do controle difuso, efetuar o exame de constitucionalidade dos tratados ou das convenções internacionais já incorporados ao sistema de direito positivo interno.
- (B) no sistema jurídico brasileiro, os tratados ou convenções internacionais estão livres de serem hierarquicamente subordinados à autoridade normativa da Constituição da República, e, em consequência, nenhum efeito jurídico terão os tratados internacionais que, incorporados ao sistema de direito positivo interno, transgredirem, formal ou materialmente, o texto da Carta Política.
- (C) a capacidade para firmar acordos internacionais pelo Estado brasileiro, conforme já pacificado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está sujeita à necessária observância das limitações jurídicas impostas pelo texto da Constituição de 1988, tendo em vista o princípio da supremacia constitucional.
- (D) no sistema jurídico brasileiro, os atos internacionais são livres de primazia hierárquica sobre as normas de direito interno, e os tratados ou as convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis complementares.

— QUESTÃO 53 —

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é, ao lado da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o órgão competente para conhecer assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-partes na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e outros tratados de direitos humanos que afetem os Estados Americanos, signatários ou não da Convenção Americana. De acordo com a Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em sua função consultiva,

- (A) a competência consultiva da Corte pode ser exercida, em geral, sobre toda disposição concernente à proteção dos direitos humanos de qualquer tratado internacional aplicável nos Estados americanos, dependendo de qual seja o objetivo principal e excetuados os Estados alheios ao sistema interamericano.
- (B) a competência consultiva da Corte pode ser exercida, em geral, sobre toda disposição concernente à proteção dos direitos humanos de qualquer tratado internacional aplicável nos Estados americanos, independentemente de que seja bilateral ou multilateral.
- (C) o cumprimento por parte de agentes ou funcionários do Estado de uma lei manifestamente violadora da Convenção gera responsabilidade internacional para tal Estado, exceto se observada a regularidade no processo legislativo para elaboração da lei, de acordo com as normas vigentes em cada Estado.
- (D) o ato de cumprimento por parte de agentes ou funcionários do Estado de uma lei manifestamente violadora da Convenção constitui crime internacional e gera responsabilidade internacional para tal Estado, deixando de se falar em responsabilidade internacional dos agentes ou funcionários que executaram o ato.

— QUESTÃO 54 —

Um tratado de direitos humanos, para passar de documento declarativo a instrumento de real efetividade, precisa gerar instituições que garantam a sua eficácia no plano prático. O sistema interamericano avaliou essa necessidade e criou a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Acerca da jurisdição contenciosa da Corte,

- (A) qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida, desde que em mais de um dos Estados-membros da Organização, pode apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção por um Estado-parte.
- (B) todo Estado-parte pode, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação da Convenção, ou de adesão a ela, sendo proibido em momento posterior declarar que reconhece a competência da Comissão para receber e examinar as comunicações em que um Estado-parte alegue haver outro Estado-parte incorrido em violações dos direitos humanos estabelecidos na Convenção.
- (C) o quórum para as deliberações da Corte é constituído por sete juízes.
- (D) o direito de submeter um caso à decisão da Corte é exclusivo dos Estados-partes e da Comissão.

— QUESTÃO 55 —

A respeito dos órgãos e mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas,

- (A) a Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia (Holanda), é o principal órgão judiciário das Nações Unidas.
- (B) a criação foi cercada de grande expectativa, em especial quanto à sua atuação no campo da promoção e defesa dos direitos humanos, em vista dos vários espetáculos de violação de direitos humanos proporcionados pela Segunda Guerra Mundial.
- (C) as chamadas "cláusulas de compatibilização" dos dispositivos convencionais (internacionais) e de direito interno deixaram de ser utilizadas, tendo em visto o caráter subsidiário da jurisdição internacional.
- (D) o Conselho de Segurança é o órgão da ONU formado por 17 membros, sendo cinco permanentes, que possuem o direito a veto, e doze membros não permanentes, sem direito a veto, eleitos pela Assembleia Geral por quatro anos.

— QUESTÃO 56 —

A privação cautelar da liberdade individual reveste-se de caráter excepcional, somente devendo ser decretada em situações de absoluta necessidade, como quando for imprescindível para as investigações do inquérito policial. Nesse sentido, acerca da prisão temporária, nos termos da Lei n. 7.960/1989,

- (A) será decidida pelo juiz, na hipótese de representação da autoridade policial, em vinte quatro horas, sendo prescindível, nesse caso, o parecer do Ministério Público.
- (B) será cabível quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em qualquer tipo de crime de homicídio.
- (C) será decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial, e terá o prazo improrrogável de cinco dias.
- (D) poderá o juiz, de ofício, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.

— QUESTÃO 57 —

Conforme o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal, é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. Acerca das interceptações de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, conforme disciplina a Lei n. 9.296/1996,

- (A) a interceptação da comunicação telefônica, de informática ou telemática, poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, pelo representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.
- (B) a interceptação de comunicações telefônicas será admitida, mesmo quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis e o fato investigado constituir infração penal punida com detenção, devendo ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação dos investigados.
- (C) o pedido de interceptação deve ser feito na forma escrita, sendo que o juiz inadmitirá qualquer pedido formulado verbalmente, ainda que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação.
- (D) a realização de interceptação de comunicações telefônicas, ou a quebra de sigilo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei, constitui crime punido com detenção.

— QUESTÃO 58 —

A Lei n. 11.343/2006 institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências. Considerando os dispositivos dessa lei,

- (A) a autoridade de polícia judiciária, ocorrendo prisão em flagrante, fará, imediatamente, comunicação ao Ministério Público, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao juiz competente em 24 (vinte e quatro) horas.
- (B) o inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto, podendo os prazos serem duplicados, conforme os critérios de oportunidade e conveniência da autoridade de polícia judiciária.
- (C) o indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.
- (D) a conduta de adquirir drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, não está sujeita à prisão em flagrante, devendo o autor do fato, nesse caso, ser imediatamente encaminhado ao juízo competente, lavrando-se termo circunstanciado.

— QUESTÃO 59 —

Sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, em conformidade com a Lei n. 10.826/2003, deve-se considerar o seguinte:

- (A) o Certificado de Registro de Arma de Fogo autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo no interior de sua residência, ou no seu local de trabalho, desde que ele seja empregado devidamente registrado em contrato de trabalho na empresa.
- (B) os policiais civis têm o direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, com validade em âmbito nacional.
- (C) o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido constitui-se pelo fato de o agente manter arma de fogo, de uso permitido, no seu local de trabalho, não sendo empregado devidamente registrado em contrato de trabalho na empresa.
- (D) o autor, no crime de comércio ilegal de arma de fogo, utiliza, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial, arma de fogo, sem autorização, estando sujeito à pena de detenção.

— QUESTÃO 60 —

Os Juizados Especiais Criminais são órgãos da Justiça Ordinária, criados pela União, pelo Distrito Federal, pelos Territórios e Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência, com seus processos orientados pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Nesse sentido, no tocante aos Juizados Especiais Criminais, consoante a Lei n. 9.099/1995,

- (A) o autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, mediante fiança, não estará sujeito à prisão em flagrante.
- (B) o juiz poderá determinar, em caso de violência doméstica, como medida de cautela, a retirada da vítima do lar, domicílio ou local de convivência com o autor.
- (C) as contravenções e os crimes apenados com detenção que a lei comine pena máxima não superior a dois anos são considerados infrações penais de menor potencial ofensivo.
- (D) a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao juizado, com o autor do fato e a vítima.

PROVA DISCURSIVA – ELABORAÇÃO DE PEÇA TÉCNICO-PROFISSIONAL

J. C., primário e de bons antecedentes, responde, em liberdade, a inquérito policial por suposta prática do crime de estelionato, na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque (art. 171, §2.º, VI, Código Penal), contra a vítima I. A. O cheque, devolvido por ausência de fundos, encontra-se juntado aos autos do inquérito. Chegou ao conhecimento da autoridade policial, todavia, pelos depoimentos da vítima e das testemunhas A. V. e P. A., que J. C. estaria rondando o bairro em que se deram os fatos, em atitude claramente ameaçadora.

— QUESTÃO —

Na condição de Delegado de Polícia responsável pelo caso, represente à autoridade competente pela decretação da prisão provisória cabível na hipótese apresentada.

(20 PONTOS)

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

RASCUNHO

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80